



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº 1000, DE 2011.
(Do Sr. Onofre Santo Agostini)

Solicita a realização de audiência pública na **Comissão de Minas e Energia**, a fim de discutirem-se denúncias de supostos atos de corrupção praticados por servidores da ANP, sendo **convidados** o **Sr. Haroldo Lima**, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); **Sr. Edson Silva**, ex-superintendente de Abastecimento da ANP; **Srs. Antônio José Moreira e Daniel Carvalho de Lima**, assessores da ANP.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e nos arts. 24, III e VII, art. 32, XIV, do Regimento Interno, sejam **convidados** a participar do debate o **Sr. Haroldo Lima**, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); **Sr. Edson Silva**, ex-superintendente de Abastecimento da ANP; **Srs. Antônio José Moreira e Daniel Carvalho de Lima**, assessores da ANP, para prestarem esclarecimentos a respeito das denúncias de supostos atos de corrupção praticados por servidores da ANP, especialmente sobre a possível cobrança de valores injustificados para o desembaraço de postos de combustíveis.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio da Revista Época do dia 22 de julho de 2011, a sociedade brasileira tomou conhecimento da existência de um esquema de corrupção no



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

âmbito da ANP, para ser mais preciso na área responsável pela tramitação de processos visando o registro de empresas do setor.

Segundo a matéria jornalística, o esquema de corrupção era feito de maneira direta, sem rodeios, em que assessores da ANP cobravam valores diretamente de advogados que representavam empresas com pendências naquela Agência.

O processo de corrupção ocorria de forma simples e direta. Caso não fossem realizados os pagamentos exigidos pelos funcionários da ANP, pedidos simples eram procrastinados ao máximo. Em outros casos – afirma a reportagem – como na Small Distribuidora, os funcionários da ANP deixavam de receber pedidos e, quando resolviam atender os representantes da empresa, requisitavam documentos desnecessários. Se os advogados não cedessem às investidas, os assessores da ANP começariam a avançar diretamente sobre seus clientes, cobrando propinas.

Para provar o esquema de corrupção da Agência, a Revista detém em sua posse um vídeo que atesta a veracidade do esquema de corrupção, conforme se depreende dos trechos aqui citados:

“Em fevereiro de 2008, sobreveio o bote. Os assessores Daniel e Moreira ligaram para Vanuza, marcaram uma reunião e explicaram que era preciso pagar por qualquer procedimento, mínimo que fosse. Disseram que estavam ali “em nome” de Edson Silva, o superintendente de Abastecimento – talvez o cargo mais poderoso da ANP, cujo ocupante define cotas de venda e compra de combustível, além de deter a prerrogativa de liberar ou cassar registros de distribuidoras e postos. Que qualificação tinha Edson para ser nomeado? Ser um “quadro histórico” do PCdoB. E só. Para se certificar de que os dois de fato falavam em nome do superintendente Edson, Vanuza pediu um encontro com a presença de todos. Dias depois, Vanuza, os dois assessores e Edson Silva tomaram um café nas cercanias da sede da ANP, no centro do Rio. Não se conversou sobre valores, mas Edson, segundo seu relato ao Ministério Público, deixou claro que os assessores detinham



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

autorização para negociar com Vanuza. Agora, eles queriam que Vanuza lhes repassasse metade do lucro – ou dos clientes, encaminhados a um advogado que indicassem. Diante da voracidade, Vanuza entrou em pânico e procurou o MP. Orientada por agentes da PF, topou gravar uma reunião com a turma, de modo a produzir um flagrante.

(...)

Naquele dia ordinário de maio, mal se sentou à mesa, Moreira deu início às tratativas. Tratou primeiro do caso da distribuidora Petromarte, cliente de Vanuza com “problemas” para renovar seu registro na ANP. “Conversei com o Edson (Silva, dirigente do PCdoB, ex-deputado federal e então superintendente da ANP) e ele não tinha muita noção de valores, você entende?”, disse Moreira. Ele relatou a conversa que tivera com o superintendente Edson para dar uma solução ao assunto. “Você não quer conversar agora em torno de R\$ 40 mil? (...) Você acha razoável?”, diz Moreira no vídeo. Moreira prosseguiu, didaticamente: “Aí ele (Edson) me falou que ficaria com 25 (mil reais) e daria 15 (mil reais) para vocês (o próprio Moreira e Daniel)”. Mais estarrecedor é o que se segue. Os assessores queriam também que Vanuza agisse em nome deles, numa espécie de terceirização da corrupção.

(...)

No vídeo, Vanuza reclama que funcionários da ANP assediavam seus clientes, transmitindo-lhes o recado de que, se não mudassem de advogado, perderiam todas as “pendências” que tivessem ou viessem a ter na agência. Esse ataque aos clientes coincidiria com a mudança de nomes na ANP, com a chegada de políticos e filiados ao PCdoB. Desde o começo do governo Lula, em 2003, a ANP foi lentamente repartida entre apaniguados do PCdoB. Entraram diretores, como o atual presidente, Haroldo Lima, quadro antigo do partido, integrantes dos comitês estaduais da sigla e comunistas recém-convertidos aos encantos do capitalismo estatal.” (grifo nosso)

Esta Casa não pode se esquivar de investigar tão grave denúncia, ainda mais diante da existência de um vídeo que relata como funcionaria o esquema de corrupção que vem sendo perpetrado pela ANP.

Presente nesse contexto, vê-se que a oitiva das pessoas supramencionadas é de suma importância e se mostra absolutamente imprescindível para que o Congresso Nacional continue exercendo a sua típica função de fiscalizar as ações do Poder Executivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Sala da Comissão, em 02 de agosto de 2011.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI
DEM/SC